



# **SENADO FEDERAL**

## **PARECER (SF) Nº 22, DE 2018**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº81, de 2015, do Senador Humberto Costa, que Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir o fumo no interior de veículo automotor no qual trafegue passageiro com idade inferior a 18 anos.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador José Pimentel  
**RELATOR:** Senadora Marta Suplicy

14 de Março de 2018





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora MARTA SUPPLY

**PARECER Nº , DE 2018**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2015, do Senador Humberto Costa, que *altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir o fumo no interior de veículo automotor no qual trafegue passageiro com idade inferior a 18 anos.*

RELATORA: Senadora **MARTA SUPPLY****I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 81, de 2015, do Senador Humberto Costa. O projeto visa alterar a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o fumo no interior de veículo automotor no qual trafegue passageiro com idade inferior a 18 anos.

Compõem a matéria três artigos. O primeiro produz a alteração veiculada na ementa, acrescentando à Lei nº 9.294, de 1996, um art. 2º-A; o segundo altera o art. 9º da mesma lei para prever multa de R\$ 85,13 pelo descumprimento à norma; o terceiro é a cláusula de vigência, que ocorreria após cento e oitenta dias da publicação da nova lei.

O autor justifica a proposição relembrando os males do fumo passivo, em especial em menores de idade. Aduz que legislação similar à proposta já foi implantada em diversas jurisdições de países desenvolvidos.



SF/18808.91054-87



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora MARTA SUPPLY

2<sup>3</sup>

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

A matéria, após análise da CCJ, vai à Comissão de Assuntos Sociais, a quem caberá decisão terminativa.

## II – ANÁLISE

Não verificamos vícios de inconstitucionalidade, porquanto o projeto trata de defesa da saúde e trânsito, matérias que a União detém competência para legislar, e cuja iniciativa é permitida a qualquer membro do Congresso Nacional, por força dos arts. 22, XI; 24, XII; e 48, *caput*, todos da Constituição Federal.

Quanto à juridicidade, a espécie normativa utilizada é correta; a matéria inova o ordenamento jurídico, possui o atributo da generalidade, tem potencial coercitividade e se revela compatível com o direito pátrio.

Em relação à técnica legislativa, o projeto merece reparo por inserir novo artigo para enumerar caso de aplicação do artigo anterior, contraria-se o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, art. 11, inciso III, alínea *d*.

No mérito, somos favoráveis à aprovação do texto, não apenas pelo seu caráter educativo, mas também pelo aspecto inibitório e conscientizador dos malefícios do fumo, principalmente para crianças e adolescentes. Infelizmente, nossas crianças e adolescentes são vítimas da fumaça tóxica do cigarro, bem como podem ser influenciados pelo mau exemplo de fumar.

Gostaríamos, no sentido de aperfeiçoar a matéria, oferecer emenda no sentido de atualizar o valor da multa proposta para que corresponda àquele vigente no art. 258, III, do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), que foi recentemente reajustado pela Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016.



SF/18808.91054-87



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora MARTA SUPPLY

**III – VOTO**

Em razão do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2015, e, no mérito, por sua **aprovação**, com a seguinte emenda:

**EMENDA Nº 1 – CCJ**

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do PLS nº 81, de 2015:

“**Art. 2º** O art. 9º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

‘**Art. 9º** .....

.....

VIII – multa de R\$ 130,16 (cento e trinta reais e dezesseis centavos), em caso de violação do disposto no art. 2º-A.

.....’ (NR)”

Sala da Comissão, em 14 de março de 2018

Senador José Pimentel, Presidente eventual

Senadora Marta Suplicy, Relatora



SF/18808.91054-87



**Relatório de Registro de Presença**  
**CCJ, 14/03/2018 às 10h - 7ª, Ordinária**  
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Maioria (PMDB) (PMDB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
JADER BARBALHO	1. ROBERTO REQUIÃO <b>PRESENTE</b>
EDISON LOBÃO	2. ROMERO JUCÁ
EDUARDO BRAGA <b>PRESENTE</b>	3. RENAN CALHEIROS
SIMONE TEBET <b>PRESENTE</b>	4. GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	5. WALDEMIR MOKA <b>PRESENTE</b>
MARTA SUPPLY <b>PRESENTE</b>	6. ROSE DE FREITAS
JOSÉ MARANHÃO	7. RAIMUNDO LIRA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
JORGE VIANA	1. HUMBERTO COSTA <b>PRESENTE</b>
JOSÉ PIMENTEL <b>PRESENTE</b>	2. LINDBERGH FARIAS
FÁTIMA BEZERRA <b>PRESENTE</b>	3. REGINA SOUSA <b>PRESENTE</b>
GLEISI HOFFMANN	4. HÉLIO JOSÉ <b>PRESENTE</b>
PAULO PAIM <b>PRESENTE</b>	5. ÂNGELA PORTELA <b>PRESENTE</b>
ACIR GURGACZ	6. SÉRGIO PETECÃO <b>PRESENTE</b>

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
AÉCIO NEVES	1. ROBERTO ROCHA
ANTONIO ANASTASIA	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
FLEXA RIBEIRO <b>PRESENTE</b>	3. EDUARDO AMORIM
RONALDO CAIADO <b>PRESENTE</b>	4. DAVI ALCOLUMBRE
MARIA DO CARMO ALVES <b>PRESENTE</b>	5. JOSÉ SERRA

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
LASIER MARTINS <b>PRESENTE</b>	1. IVO CASSOL
BENEDITO DE LIRA	2. ANA AMÉLIA <b>PRESENTE</b>
CIRO NOGUEIRA	3. OMAR AZIZ

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA	1. ALVARO DIAS
LÍDICE DA MATA	2. JOÃO CAPIBERIBE
RANDOLFE RODRIGUES	3. VANESSA GRAZZIOTIN

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR)	
TITULARES	SUPLENTE
ARMANDO MONTEIRO <b>PRESENTE</b>	1. CIDINHO SANTOS <b>PRESENTE</b>
EDUARDO LOPES	2. VICENTINHO ALVES
MAGNO MALTA	3. WELLINGTON FAGUNDES



---

## Relatório de Registro de Presença

### **Não Membros Presentes**

DÁRIO BERGER  
ATAÍDES OLIVEIRA  
PAULO ROCHA  
JOSÉ MEDEIROS

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PLS 81/2015)**

NA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA Nº 1-CCJ.

14 de Março de 2018

Senador JOSÉ PIMENTEL

Presidiu a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e  
Cidadania